

Evento	Reunião do Comitê de Priorização de Demandas de TIC (CPDTIC)
Data	6/2/2023
Horário	11h30
Local	Virtual – Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador, Levi Rosa Tomé;- Secretária-Geral da Presidência Substituta, Simone Möller Arruda;- Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato;- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;- Assessora da Escola Judicial, Denise Pereira Toniolo;- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;- Assessor de Apoio aos Magistrados, Itamir Carlos Barcellos Junior;- Representante das Secretarias de Turmas, Cíntia Boteon Freitas;- Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;- Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida;- Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti.

Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- PROAD 21598/2020: Item 17 do Plano Anual de Auditoria de 2020 – Monitoramento da Gestão de Necessidades de TIC - Revisão dos processos de trabalho de gestão de projetos, demandas e portfólio - Processo passou pelo Comitê de Governança de TIC e pela análise do Secretário de TIC, que sugeriu a criação de fluxo de trabalho, com definições dos procedimentos a serem adotados para as demandas e geração de evidências de atendimento da recomendação da Auditoria.- DED 1132 - Solicitação da Assessoria de Recurso de Revista - (Link: https://docs.google.com/document/d/1Haros6IBRCajl1c7dcQbQAmlUoifl_CwbrRVo6hC37A/edit?usp=sharing).- DEDs priorizados emergencialmente desde a última reunião.
-------------------------	--

O Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência, Levi Rosa Tomé, Coordenador do Comitê de Priorização de Demandas de TIC (CPDTIC), iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

O Comitê passou a avaliar cada assunto, de acordo com a pauta compartilhada anteriormente pelo Google Agenda pela Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.

- **PROAD 21598/2020:** Item 17 do Plano Anual de Auditoria de 2020 – Monitoramento da Gestão de Necessidades de TIC - Revisão dos processos de trabalho de gestão de projetos, demandas e portfólio.

Processo passou pelo Comitê de Governança de TIC e pela análise do Secretário de TIC, que sugeriu a criação de fluxo de trabalho, com definições dos procedimentos a serem adotados para as demandas e geração de evidências de atendimento da recomendação da Auditoria.

priorização. No entanto, seria importante definir um fluxo de trabalho atualizado, de forma a ser compatível com o praticado e a cumprir a periodicidade e os processos de trabalho previstos e verificados pela Auditoria.

A ideia, então, seria reformular o fluxo para prever algumas adaptações. Feitas as considerações, Dr. Levi pediu para Herbert e Lara prepararem uma minuta do novo processo de trabalho, a ser compartilhada com todo o Comitê e pautada para uma nova reunião com todos, para deliberações e aprovação da revisão proposta.

O Comitê aprovou e definiu que, quando for aprovado, o fluxo será encaminhado para republicação, em conformidade com o Plano de Auditoria.

- **DED 1132** - Solicitação da Assessoria de Recurso de Revista -

(Link:

https://docs.google.com/document/d/1Haros6IBRCajl1c7dcQbQAmlUoifl_CwbrRVo6hC37A/edit?usp=sharing) - (Paulo Almeida, Lara e Denise já se manifestaram cientes por e-mail e de acordo com o pedido de priorização).

Pedida priorização emergencial por e-mail, Herbert explicou que, em 2022, foi criada, dentro da área de Desenvolvimento, uma nova Seção de Aperfeiçoamento Tecnológico, alinhada às iniciativas do Tribunal de Inovação.

Ao chegar o pedido da Assessoria de Recurso de Revista, percebeu-se que há um problema a ser melhorado, mas não se identificou o objeto. A SETIC tomou a iniciativa de levantar informações junto à Vice-Presidência Judicial, para mapear o que seria necessário a ser implementado para o sistema do Recurso de Revista, algumas com ações de processo de trabalho e não apenas TI.

Dr. Levi completou que alguns processos começaram com o e-REC e que agora há uma questão negocial a ser mesclada com o uso da tecnologia.

Assim, quando estiver definida a demanda, a SETIC retorna com o assunto para o Comitê deliberar, já com o objeto de priorização estabelecido.

Herbert afirmou que a Vice-Presidência Judicial está ciente e o Comitê aprovou a suspensão deste DED, até que seja de fato definido o objeto, com a concordância da Vice-Presidência Judicial.

- **DEDs priorizados emergencialmente desde a última reunião**

O Secretário de TIC posicionou o Comitê sobre os prazos previstos para conclusão dos DEDs em andamento e aprovados desde as últimas reuniões, tais como:

- Portal SISAD (previsão de término 10/3/2023)
- Autoatendimento - Escola Judicial (previsão julho/2023)
- EXEPJe (previsão 17/2/2023) - Fase de conversão dos dados, após trabalho de alguns anos da Corregedoria com a SETIC. Com a criação de banco de bens no CNJ, todas as Varas terão que informar ao Conselho por aquele banco. A ideia seria usar interoperabilidade com o sistema EXEPJe, que será o sistema a ser transformado em sistema nacional pelo CSJT para a Justiça do Trabalho. Depois de cumprido o prazo de 17/2/2023, a sugestão será que o CSJT seja oficiado pelo Exmo. Desembargador Presidente, Samuel Hugo Lima, para pedir a implantação e a integração com os módulos do PJe, além de uma visita pessoalmente de grupo do TRT15 à direção do CSJT, para explicar todo o sistema, com demonstração de todo o trabalho. Herbert e Vlademir explicaram que houve muito investimento e dedicação para a criação desse sistema. Dr. Levi propôs e o Comitê concordou com a sugestão de levar à Presidência a proposta da visita ao CSJT, com possível participação do Exmo. Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, e da exma. Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, Dra.

Lúcia Zimmermann.

- Autoatendimento - Vários submódulos (previsão maio/2023) - Itamir explicou que ainda há muito a ser aprimorado, corrigido e adequado à realidade nacional, para que o sistema não tenha apenas funcionalidades regionais e que os outros Tribunais possam aderir.
- Autoatendimento - SIGEP Online (previsão maio/2023)
- DED 1061 - Pedido da Assessoria de Apoio aos Magistrados - Trata de criação de sistema para o plantão judiciário de 1º e 2º graus, considerando que a Resolução Administrativa nº 020/2022 foi aprovada pelo Órgão Especial em 1º/12/2022 e divulgada no DEJT em 15/12/2022 (publicação e vigência em 16/12/2022) - Itamir explicou que é um DED que passa pelo Comitê desde 2021, solicitando agora o andamento dele, como se combinou que seria feito após a vigência da Resolução. Além disso, propôs trazer a participação de um ou dois coordenadores que tratam dos procedimentos no 1º Grau, com a intenção de padronizar as providências de todas as oito circunscrições e da Assessoria de Apoio aos Magistrados (responsável pelo 2º Grau) e facilitar o uso do novo sistema, já integrando pedido e publicidade dos plantões. Ressaltou-se, ainda, que, inicialmente, é um programa local, mas que pode ser ofertado aos outros Regionais futuramente. Ciente da solicitação e das explicações, o Comitê aprovou o DED, com previsão de priorização após o SIGEP online, a partir de maio de 2023.

- Outros DEDs priorizados

Herbert compartilhou a lista dos demais DEDs priorizados, já aprovados e finalizados, quais sejam:

- DEDs 1114, 1115, 1120 (passivos)
- DED 1116 (EXE15)
- DED 1125 (Votações em sessões administrativas)
- DED 1126 (eGestão)
- DED 1091 (DataJud)

Após manifestações por e-mail, o Comitê ratifica nesta reunião a aprovação e finalização das demandas informadas.

Ao final, o Excelentíssimo Juiz Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h18.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce	Em	6/2/2023
Ata aprovada por	Juiz Levi Rosa Tomé	Em	6/2/2023